

## Departamento Esportes, Turismo e Lazer

#### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Licitatório Pregão Presencial

Permissão de Uso do Bar Campo Bocha - Bairro da Saúde

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

A demanda decorre da necessidade de permitir o funcionamento e exploração

comercial do Bar do Campo Bocha, localizado no Bairro da Saúde no município de Santa

Cruz da Conceição/SP.

A exploração será a título precário e oneroso, com finalidade exclusiva de bar,

lanchonete e restaurante, em consonância com o art. 28, §3º da Lei nº 14.133/2021.

As informações detalhadas de localização geográfica, imagem externa e imagens

internas do ambiente encontram-se disponíveis no Termo de Referência, nos Anexos I, II e

III, que integram o processo licitatório.

2. MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

• Finalidade pública: fomentar o comércio local e proporcionar lazer e convivência

social aos usuários do espaço esportivo e recreativo.

Interesse coletivo: a abertura do espaço atende à função social da área pública,

garantindo dinamização do bairro, geração de renda e ocupação ordenada.

• Base de cálculo: valor definido a partir de três avaliações imobiliárias

independentes, resultando em média de R\$ 126,67, valor este atualizado pelo Índice

Geral de Preços do Mercado (IGP-M), alcançando R\$ 137,13 (cento e trinta e sete

reais e treze centavos), que servirá como valor mínimo de referência.

O procedimento será realizado por meio de Pregão Presencial, a ser realizado na

Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição, localizada na Rua Ver. Juvenal

Leme Mourão, nº 770 – Centro – CEP 13625-043 – Santa Cruz da Conceição/SP,



Departamento Esportes, Turismo e Lazer

em conformidade com o art. 28, §3º e demais dispositivos da Lei Federal nº

14.133/2021.

• A adoção do formato presencial encontra amparo no art. 176, inciso II, da mesma

Lei Federal, que autoriza a utilização do pregão na forma presencial para

municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes, conforme estimativas oficiais do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

• Essa escolha visa assegurar ampla participação dos licitantes locais, considerando

as condições estruturais do município, reforçando os princípios da economicidade,

eficiência e competitividade, previstos na Lei de Licitações.

• Princípios atendidos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade,

eficiência e economicidade (art. 5° da Lei n° 14.133/2021).

3. ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

3.1 Execução direta pela Prefeitura:

Exigiria contratação de pessoal, aquisição de equipamentos e insumos.

o Impacto orçamentário maior, com risco de desvio da função administrativa

principal.

3.2 Permissão de uso onerosa a particulares (modelo adotado):

o Transferência dos custos de manutenção, funcionamento e gestão ao

permissionário.

o Garante arrecadação municipal e eficiência administrativa.

Alinha-se à prática consolidada em municípios de porte semelhante.



## Departamento Esportes, Turismo e Lazer

Conclusão: a alternativa mais viável, eficiente e econômica é a permissão de uso a título oneroso, conforme previsto no termo.

# 4. RISCOS IDENTIFICADOS E MITIGAÇÕES

- Inadimplência no pagamento: mitigada com cobrança via carnê de arrecadação municipal e previsão de rescisão em caso de atraso.
- Descumprimento contratual (limpeza, manutenção, venda irregular): mitigado por fiscalização designada e penalidades previstas (arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021).
- Uso indevido (jogos de azar, sublocação, publicidade irregular): mitigado por cláusulas contratuais restritivas e fiscalização.
- Benfeitorias não autorizadas: só poderão ser feitas com autorização expressa, incorporando-se ao patrimônio público sem indenização.

# 5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- Gestor: Diretor do Departamento de Esportes, Turismo e Lazer, o Sr. Carlos Eduardo Leveghin;
- Fiscal: Servidora Auxiliar Administrativa, Rute Salvador Atanázio;
- Mecanismos de controle: relatórios periódicos, inspeções presenciais e registro em processo administrativo.

#### 6. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

- Exigência de regularidade fiscal e trabalhista da empresa permissionária.
- Condicionamento à não exploração de mão de obra infantil, em conformidade com o art. 7°, XXXIII da Constituição Federal.



## Departamento Esportes, Turismo e Lazer

Observância das normas sanitárias e ambientais.

### 7. CONCLUSÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que:

- A contratação é necessária, vantajosa e atende ao interesse público, devendo ser conduzida por meio de Pregão Presencial para a permissão de uso onerosa do Bar do Campo de Bocha. O valor de referência, atualizado pelo IGP-M, foi fixado em R\$ 137,13, servindo de base mínima para os lances.
- Está plenamente amparada pela Lei nº 14.133/2021.
- Possui análise de alternativas, riscos, fundamentos legais e plano de gestão/fiscalização.

Santa Cruz da Conceição, 06 de Outubro de 2025.

CARLOS EDUARDO LEVEGHIN Diretor Depto. Esportes, Turismo e Lazer